



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0014/12, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede a Revisão Geral Anual do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e o aumento real aos servidores ativos do Poder Executivo e aos aposentados e pensionistas do Município.

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o inciso X, parte final, do artigo 37, do § 8º, o artigo 40 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 2.831, de 29.03.2004, é concedida pela aplicação do índice de 6,22% (seis inteiros e vinte e dois décimos por cento), bem como o aumento real de 6,01% (seis inteiros e um décimo percentuais), aos servidores ativos do Poder Executivo e aos aposentados e pensionistas do Município.

Parágrafo Único. O aumento real (6,01%), de que trata o 'caput' deste artigo, ocorrerá a partir do dia 1º de março de 2012, incidindo sobre a remuneração, vencimento, proventos e pensão percebidos pelos servidores na respectiva data-base, em 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º A despesa decorrente desta lei será atendida pelas dotações próprias do orçamento previsto para o exercício de 2012.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

Gil Marques Filho
Prefeito



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0014/12, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o anexo projeto de lei, para colher a autorização legislativa a fim de conceder a revisão geral anual dos servidores públicos ativos do Poder Executivo (estatutários e celetistas), e dos aposentados e pensionistas do Município.

Respeitada a iniciativa privativa de cada Poder, o Executivo tem competência para conceder revisão geral anual aos vencimentos de seus servidores públicos, nos termos do inciso X, parte final do artigo 37, extensivo aos aposentados e pensionistas do Município, nos termos do parágrafo oitavo, artigo 40, ambos da Constituição Federal.

Dispensado no presente caso, o cálculo acerca do impacto orçamentário-financeiro, a teor do dispositivo previsto no artigo 17, parágrafo sexto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), relativamente a reposição geral anual dos servidores, estes elaborados com base no indexador oficial IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do período de 01/02/2011 a 31/01/2012.

O cálculo do impacto orçamentário e financeiro com relação ao aumento real dos servidores públicos municipais, tendo em vista o previsto nos artigos 16, inciso I, 17 e 21 da lei de responsabilidade fiscal, segue em anexo.

Após verificação da compatibilidade da situação orçamentária, com a utilização do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado dos últimos doze meses, o índice corresponde a 6,22% (seis inteiros e vinte e dois centésimos percentuais), como revisão geral anual, retroativo à data base dos

PREFEITURA DE
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

servidores; bem como aumento real no índice de 6,01% (seis inteiros e um décimo percentual), a ser incluído a partir 01 de março de 2012, de acordo com a suportabilidade financeira do município.

São estas as razões que justificam a aprovação do presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito